

**1 DE OUTUBRO DE 2008 - DIA NACIONAL DE LUTA
- Moção -**

**É POSSIVEL VIVER MELHOR!
É POSSIVEL OUTRA POLÍTICA!**

Os trabalhadores e a esmagadora maioria da população portuguesa, ano após ano chamados a fazerem mais e mais sacrifícios, não vêem chegar-lhes qualquer contrapartida e observam que o país não se desenvolve.

O aumento dos preços dos produtos e bens essenciais, as sucessivas subidas das taxas de juro com a habitação e a sobrecarga das despesas com a saúde e a educação estão a estrangular os rendimentos das famílias.

Os trabalhadores portugueses são os únicos que na União Europeia, no somatório dos anos 2006, 2007 e 2008, não terão qualquer ganho salarial real. A grande parte das pensões de reforma perde poder de compra e as novas pensões valem menos que as antigas. A distribuição da riqueza produzida e dos rendimentos é cada vez mais injusta, as desigualdades acentuam-se e a coesão social e territorial vai-se degradando. Aumenta a pobreza, designadamente, de milhares e milhares de pessoas que trabalham.

Temos mais desemprego, quebra de qualidade do emprego para a maioria dos trabalhadores e aumento acelerado da precariedade (hoje mais de 23% do total do emprego), que afecta de forma violenta os jovens. Enquanto prosseguem as políticas fundamentalistas de invocação de ataque ao défice público com sacrifícios para os trabalhadores, persiste a política de entrega de volumosos meios financeiros a grandes grupos económicos e financeiros. As PME's e micro empresas continuam a não ser valorizadas e apoiadas.

Apesar de todos os sacrifícios impostos aos trabalhadores, o país apresenta uma das mais baixas taxas de crescimento da U.E. e somamos já um período de 8 ou 9 anos de distanciamento contínuo do crescimento médio europeu.

Este é, fundamentalmente, o resultado de políticas erradas que o Governo Sócrates prossegue e aprofunda, do parasitismo do poder económico e financeiro onde proliferam empresários/especuladores sem escrúpulos que usufruem de impunidades e favores do Estado, da persistência dum perfil de desenvolvimento assente em baixas cadeias de valor, um grande peso da economia paralela, baixos salários e muita precariedade.

Ao grande patronato, que é predominantemente conservador, em vez de se lhe exigir responsabilidades, investimento produtivo e de se incentivar a sua formação, vai-se oferecendo revisões da legislação laboral a pedido, como aquela que agora está em marcha, no fundo, fornecendo-lhe sinais e instrumentos para prosseguirem a lógica da resolução dos problemas das empresas e do país à custa da intensificação da exploração.

A proposta de revisão do Código de Trabalho, da responsabilidade do Governo Sócrates, - que havia assumido compromissos directamente opostos aos conteúdos fundamentais que agora apresenta – visa destruir a contratação colectiva existente para diminuir e fragilizar os direitos dos trabalhadores, duramente conquistados ao longo de décadas; reduzir os custos do trabalho pela diminuição da retribuição dos

trabalhadores; dar poder unilateral aos patrões para imporem os horários de trabalho que mais lhes interessam a cada momento, desrespeitando o tempo e a vida dos trabalhadores e das suas famílias; camuflar a precariedade existente, desregulamentando e precarizando ainda mais as relações de trabalho e os vínculos laborais no futuro.

Neste dia 1 de Outubro, em que a CGTP-IN comemora os seus 38 anos - saudando e evocando a memória de todos os trabalhadores que, durante décadas, com firme vontade e perseverança, romperam com políticas duras e injustas, afirmaram o património de direitos dos trabalhadores e contribuíram para o desenvolvimento do país – reivindicamos salários justos e melhoria das condições de vida e de trabalho, dizemos não às actuais políticas, rejeitamos o fundamental desta revisão do código do trabalho e das alterações laborais na Administração Pública, e exigimos ao Governo mudança de rumo nas suas políticas.

Como vimos afirmando, as manifestações de indignação e revolta a que diariamente se assiste, são a justa expressão de um descontentamento social que não pode, nem deve, ser ignorado, a menos que se queira continuar a caminhar para o descalabro económico e o agravamento das condições de vida, aumentando perigosamente a instabilidade, as conflitualidades e as fracturas sociais.

A melhoria da situação económica e o encontrar de caminhos de desenvolvimento do país exigem uma ruptura com as políticas seguidas e a implementação de uma nova política que introduza mudanças de carácter conjuntural e estrutural centradas na harmonização social e no progresso.

Reforçamos os nossos alertas e exigências, porque é indispensável novas políticas para fazer face aos impactos do descalabro provocado pelo capitalismo neoliberal que, impondo políticas monetaristas e financeiras de pura especulação e saque, está a provocar falências de instituições financeiras e a afectar gravemente a economia real, arrastando multidões de trabalhadores e famílias para o desemprego, o empobrecimento e a miséria.

Está hoje a nu o cinismo e a falsidade de toda uma argumentação desenvolvida por este sistema capitalista (que desrespeita as normas e regulações a todos os níveis) para impor privatizações, políticas de desregulamentação laboral e social, redução das funções sociais do Estado, diminuição dos direitos de quem trabalha, ou conceitos manipulados como o de competitividade e o de produtividade.

A vida demonstrou que o dinheiro que antes diziam não haver para dar resposta aos problemas sociais, corre agora a rodos para ajudar os especuladores do sistema. Por isso temos que, com esforço redobrado, reagir e exigir aos governos responsabilidade política, seriedade e ética na governação, valorização do sector produtivo e do trabalho e políticas sociais justas, pois estes são os caminhos e práticas que podem impedir que se chegue a situações como a que estamos a assistir no plano mundial.

É POSSIVEL OUTRO RUMO, UM PORTUGAL DESENVOLVIDO!

Portugal precisa de uma outra política que respeite os direitos dos trabalhadores, promova uma mais equilibrada repartição da riqueza e assuma a coesão social como prioridade para o desenvolvimento do País.

Por isso dizemos não a esta revisão da legislação laboral e continuamos a lutar pela adopção de alterações à proposta do Governo.

Exigimos que os deputados dêem ouvidos aos clamores dos mais fracos nas relações de trabalho, os trabalhadores. A Assembleia da República tem de ser sensível ao que a maioria dos que produzem a riqueza do País e dos abrangidos pelas medidas propostas sentem, pensam e dizem, lutando abertamente ou mesmo resistindo contra a revisão do código.

Com confiança no futuro, batemo-nos pelas nossas reivindicações e lutamos nas empresas, nos sectores e a nível nacional, por:

- aumento real dos salários, tendo em conta a inflação verificada, a produtividade e a aproximação à média europeia
- fixação, em 1 de Janeiro de 2009, do salário mínimo nacional em 450€ e o compromisso de um salário mínimo nacional de 600€ em 2013
- uma melhor informação estatística sobre preços e poder de compra, que inclua nomeadamente os encargos com os créditos à habitação, com vista à observação rigorosa dos impactos da inflação nos rendimentos das famílias com menos rendimentos

É possível melhorar as actualizações das pensões e as prestações da Segurança Social, lutamos por:

- revogar o factor de sustentabilidade que está a fazer baixar as pensões de reforma
- rever os critérios de actualização de forma a aumentar o poder de compra da maioria das pensões
- indexar o subsidio de desemprego ao salário mínimo liquido e prolongar o subsidio social de desemprego

Não desistimos de exigir o apoio as famílias com maiores dificuldades. É preciso:

- actualizar os escalões do IRS tendo em conta a inflação verificada
- criar 2 novos escalões no IRS, de 43 e 45%, para distribuir melhor a riqueza
- aumentar para 800€ a dedução à colecta das despesas de educação e formação

É fundamental lutar por:

- mais coesão social e combate às desigualdade
- um Estado que preste serviços públicos para todos
- escola pública com qualidade, que combata as dificuldades e o insucesso
- um Serviço Nacional de Saúde em que todos tenham um médico e enfermeiro de família

Assim, no âmbito da Jornada Mundial pelo Trabalho Digno, a CGTP-IN vai realizar, na semana de 6 a 10 de Outubro, Tribunas Públicas com activistas sindicais em Coimbra, Lisboa, Évora, Porto e Faro pelo “trabalho com direitos; progresso e desenvolvimento”. Nestas tribunas procederemos ao levantamento da situação real do País, apresentando uma análise séria sobre a situação do emprego e do desemprego a nível das regiões, sobre as características dos vínculos de trabalho existentes e os processos de desenvolvimento regional.

Prosseguiremos a afirmação das nossas propostas e reivindicações gerando confiança e determinação na acção por um Portugal desenvolvido.

É PRECISO LUTAR!

É TEMPO DE RESISTIR!

É TEMPO DE AFIRMAR PROPOSTAS E CAMINHOS DE MUDANÇA!

01 de Outubro de 2008